



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 5.460, DE 2023**

**(Do Sr. André Fernandes)**

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei de Drogas, para revogar o § 4º do art. 33, que se refere à figura do réu privilegiado.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-6315/2013.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI N° , DE 2023**  
**(Do Sr. ANDRÉ FERNANDES)**

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei de Drogas, para revogar o § 4º do art. 33, que se refere à figura do réu privilegiado.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica revogado o § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei de Drogas, que se refere à figura do réu privilegiado.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição legislativa de revogar este parágrafo surge em meio a um cenário preocupante. O tráfico de drogas, muitas vezes controlado por facções criminosas, coloca a saúde pública em risco iminente. As drogas ilícitas podem causar danos graves à saúde dos usuários, incluindo dependência, doenças mentais e físicas e, em alguns casos, a morte. Além disso, o tráfico de drogas está frequentemente associado a outros crimes, como violência e corrupção.

Nesse contexto, o legislador se vê obrigado a endurecer as medidas contra os réus envolvidos no tráfico de drogas. A revogação do § 4º do art. 33 é vista como uma necessidade imperiosa, dada a alta taxa de reincidência entre os réus privilegiados. Ao eliminar a possibilidade de redução





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE**

Apresentação: 09/11/2023 18:41:09.027 - Mesa

PL n.5460/2023

de pena para esses indivíduos, espera-se desencorajar a participação no tráfico de drogas e, conseqüentemente, reduzir a disponibilidade de substâncias ilícitas.

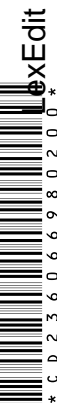
Em suma, a revogação do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas é uma medida que visa fortalecer a luta contra o tráfico de drogas. No entanto, para que seja eficaz, é necessário que seja parte de uma estratégia mais ampla de combate ao uso de substâncias ilícitas e suas conseqüências para a sociedade.

Ao robustecer, a criminalização primária, que faz parte da dogmática penal, é a responsabilidade do Estado em avaliar o comportamento que infringe o bem jurídico protegido. Da mesma forma, é dever do poder legislativo examinar questões sensíveis para a sociedade que não são contempladas pela perspectiva legislativa.

Ante o exposto, considerando a necessidade de uma resposta mais enérgica ao tráfico de drogas que domina diversos estados do Brasil, bem como a importância de desenvolver mecanismos para proteger a saúde pública, acredita-se que o presente projeto de lei é uma medida necessária e adequada, razão pela qual, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação dessa medida.

Sala de Sessões, em                      de                      de 2023.

**Deputado ANDRÉ FERNANDES**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 Art. 33</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200608-23;11343">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200608-23;11343</a>
---	---

**FIM DO DOCUMENTO**